

O BANHEIRO DE NAYARA: A ESCOLA E SUAS TECNOLOGIAS HETERONORMATIVAS

Maria Lúcia Chaves Lima¹

marialuciacl@gmail.com

Eric Campos Alvarenga²

ericsemk@gmail.com

Resumo: Uma situação tão corriqueira como ir ao banheiro vem se tornando um momento crítico na vida de travestis na escola. Neste contexto, o presente artigo visa problematizar a reiteração da heteronormatividade e a produção da homofobia no cotidiano escolar. O banheiro surge como um lugar alegórico para a produção das diferenças de sexo e gênero. Vemos emergir ao seu redor as mais variadas formas de preconceito. E isto acontece na escola, o lugar que supostamente funcionaria como local de convivência entre as diferenças e acesso democrático ao conhecimento. O que se observa é que a falta de preparo em lidar com a diversidade sexual move a instituição escolar rumo ao preconceito e à exclusão ao produzir e reforçar padrões heteronormativos, por vezes presentes e naturalizados em nossa sociedade.

Palavras-chave: Escola. Travestis. Heteronormatividade. Homofobia.

Abstract: Going to the bathroom is becoming a critical moment in the life of transvestites at school. In this context, this article aims to discuss the reiteration of heteronormativity and homophobia in the production of everyday school life. The bathroom emerges as an allegorical place for the production of sex differences and gender. Around it, we see appear various forms of prejudice. And this happens in school, the place that supposedly act as local coexistence of differences and democratic access to knowledge. What is observed is that the lack of preparation to deal with sexual diversity makes the educational institution moves toward prejudice and exclusion to produce and reinforce heteronormative standards, present and sometimes naturalized in our society.

Keywords: School. Transvestites. Heteronormativity. Homophobia.

Nayara, 19 anos, começou o seu trânsito de gênero há um ano. Atualmente, ela cursa o 1º ano do ensino médio em uma escola pública localizada em um dos bairros mais movimentados de Belém. Gosta da escola e diz, em um primeiro momento, não sentir preconceito no ambiente escolar. Justifica a suposta ausência de preconceito pelo fato de sua transformação ter sido gradual. Começou usando calças jeans femininas, depois deixou o cabelo crescer, adotou ousos de brincos nas duas orelhas, maquiagem, até que um dia foi à escola de sutiã, momento em que se definiu de fato como travesti.

Porém, no decorrer de nossa conversa, Nayara foi relatando histórias de professores que não respeitam o nome social, de colegas que fazem piadas homofóbicas quando ela passa pelo corredor e a devotada proibição de utilizar o banheiro feminino. A supervisora do colégio, com sua (super) visão sempre atenta à movimentação dos/as alunos/as, é a fiscal do banheiro. Nayara, a partir do momento que assumiu a identidade feminina, passou a usar o banheiro das meninas. Porém, a supervisora, quando a vê entrando no banheiro feminino, reitera a norma e a proíbe de compartilhar este espaço aparentemente sagrado e exclusivo das

mulheres (biológicas, cromossômicas, de nascença). Em frente da recusa de Nayara em sair do banheiro que ela acha adequado usar, a supervisora a toma pelo braço e a coloca para fora.

Segundo a supervisora, as demais alunas da escola vão até a coordenação reclamar que Nayara usa o banheiro feminino. Porém, Nayara não acredita nessa versão da história, uma vez que não vê nenhuma resistência ou objeção das colegas no fato de ela usar o banheiro feminino. Ela se recusa em usar o banheiro masculino. Sente-se constrangida. 'Eu, uma mulher assim, no banheiro de homem? Nem combina'. Nayara relata que é no banheiro masculino onde mais se sente ofendida, pois os garotos, longe dos demais olhares normativos da escola, aproveitam para debochar, ofender ou aliciá-la.

Diante de tanta dificuldade em usar o banheiro feminino, ela e as demais travestis que estudavam nessa escola, pediram à diretora que construísse um banheiro para elas. Indicaram que um banheiro desativado da escola fosse habilitado para uso exclusivo delas. O pedido não foi aceito. Hoje, Nayara continua a se negar em usar o banheiro masculino e a escola a nega que ela use o feminino. A estratégia de Nayara é fiscalizar sua fiscal e adentrar ao banheiro feminino quando a supervisora não estiver por perto. Escondida, à surdina, tal como 'deve' ser a vida da travesti na escola: quanto mais 'abafada', melhor.

1 QUAL BANHEIRO NAYARA DEVE USAR?

Por que o banheiro que Nayara utiliza é motivo de polêmica, de reivindicações e resistências na escola? Em outros termos, por que o banheiro que uma travesti deve usar se tornou uma questão a ser problematizada e solucionada?

Elizabeth Cruz (2011), a partir de cursos de especialização para educadores, oferece um panorama de como professores e diretores de escola lidam com a situação envolvendo banheiros e travestis/transsexuais. Alguns/mas participantes dos cursos defenderam a utilização do banheiro masculino, atendo-se ou à questão do sexo biológico como o norteador do gênero, ou motivados pela preservação dos direitos das meninas em não compartilhar seu banheiro com "não mulheres". Outros/as defendem que utilizem o banheiro feminino, seja porque travestis e transsexuais (femininas) se apresentam como mulheres, ou porque, no banheiro masculino, elas são alvo de preconceito e violência por parte dos meninos. Há também o argumento de que elas só devem usar o banheiro feminino após a realização da cirurgia de adequação sexual. (Ou seja, o problema é ter um pênis!). Mas há os que defendem, para sair dessa polêmica dicotômica, a utilização do banheiro dos/as professores/as ou do/a diretor/a, ou ainda os que vislumbraram a criação de um terceiro banheiro, exclusivo para uso LGBT. A autora destaca ainda a "solução" dada por uma estudante de psicologia que frequentava o curso: "que faça xixi em casa". Criar um banheiro exclusivo para LGBT, como realizado pelo diretor de um colégio de Londrina (PR), apesar da aparente perspectiva inclusiva dessa

população na escola, é mais uma prática de discriminação. A Associação de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (AGLBT) encaminhou um ofício para a Secretaria Estadual de Educação do Paraná solicitando uma intervenção na referida escola, no sentido de suspender a criação desse terceiro banheiro e evitar que esse exemplo seja replicado em outras unidades de ensino³.

O cartaz do filme *Transamérica* ilustra bem esse impasse envolvendo o banheiro. Nela, a personagem principal, uma transexual, está diante dos banheiros feminino e masculino. Indica a dúvida em qual banheiro entrar. Não necessariamente a dúvida individual da personagem, mas as implicações e consequências geradas a partir da escolha feita.

Travestis e transexuais vivenciam cotidianamente situações conflituosas envolvendo o banheiro. Na escola, em departamentos públicos, feiras de livro, *shopping centers*, na faculdade etc. Às vezes só há um estranhamento pelas outras mulheres que compartilham o banheiro. Mas também há casos de impedimento de adentrar nesse espaço “exclusivo de mulheres nascidas com cromossomos XX” (como expresso em um cartaz na porta do banheiro feminino do Superior Tribunal de Justiça no Distrito Federal), ou expulsão mobilizada pelo incômodo das usuárias do banheiro ou pela fiscalização externa, como o caso da supervisora de Nayara.

O que chama a atenção em todas essas proposições, além de falas preconceituosas e por vezes absurdas, é o caráter normativo que a questão do banheiro envolve. Se só há banheiro para meninos e meninas na escola (e nos demais espaços sociais), logo, só podem existir meninos ou meninas! Travestis e transexuais não tem lugar na escola (CRUZ, 2011).

2 TECNOLOGIAS DE GÊNERO E REITERAÇÃO DA HETERONORMATIVIDADE

O banheiro aparece como um espaço emblemático na constituição das diferenças de sexo e gênero. Porém, é interessante notar que a interpretação de que existem dois corpos diferentes, radicalmente opostos – a tal ponto de ser necessário ter um banheiro específico para cada sexo – foi uma verdade que, para se estabelecer e se tornar hegemônica, empreendeu uma luta contra outra interpretação sobre os corpos: o isomorfismo.

A pesquisa de Thomas Laqueur (2001) apresenta que, até o século XVIII, imperava na Europa o modelo do sexo único. Esse modelo, inspirado na filosofia de Galeno (129-200 d.C.), descrevia o corpo da mulher como idêntico ao do homem, porém invertido: os ovários e a vagina das mulheres eram o negativo imperfeito do pênis e dos testículos dos homens.

Somente no final do século XVIII é que se modifica essa maneira de descrever os sexos. A distinção entre o feminino e o masculino passa a ser explicada pela biologia, por propriedades consideradas “naturais”, específicas de cada sexo. De acordo com essa concepção, cuja hegemonia se perpetua na atualidade, a mulher e o homem são portadores de diferenças irrelativizáveis. A refinada engenharia da diferença sexual – espessura da pele, tamanho do crânio etc. – esquadrinhou os corpos com o objetivo de provar que não existe nada em comum entre o feminino e o masculino. É como se existisse uma essência própria, singular a cada corpo, inalcançável ao outro.

Porém, a discussão de gênero trazida pelo movimento feminista, principalmente a partir de 1960, veio denunciar que o gênero não deriva de forma determinista de um sexo. Sendo a palavra sexo tradicionalmente associada ao conceito biológico, a noção de gênero veio opor-se a esse determinismo anatômico nas relações entre os sexos, atribuindo-lhes, agora, um caráter prioritariamente social (SCOTT, 1995; LOURO, 1995).

Não demorou muito tempo para que a dicotomia sexo-natural *versus* gênero-cultural também fosse radicalmente criticada. Beatriz Preciado (2002) afirma que postular nesses termos a discussão sobre gênero é se apoiar na crença de que o corpo tem uma materialidade biológica previamente dada. Como salienta Denise Sant’Anna (2000), o corpo é alvo de infinitas e permanentes descobertas, em um processo no qual ele nunca é definitivamente revelado. O corpo, portanto, é um acontecimento histórico, “relacionado aos receios e sonhos de cada época, cultura e grupo social” (SANT’ANNA, 2000, p. 237). A própria pesquisa de Laqueur (2001), ao mostrar a historicidade da concepção de existência de dois sexos separados, afirma que o sexo também é produzido socialmente por meio de nossos discursos, ciências, crenças. Ou seja, não há sexo anterior à cultura.

Nesses termos, podemos afirmar que o sexo não é algo substantivo, portador de características essenciais, idêntico a si mesmo. Tanto sexo quanto gênero em nenhum sentido revelam uma ordem verdadeira das coisas. Segundo Judith Butler (2003), os atributos de gênero não são expressivos de alguma substância essencial do ser humano, mas, sim, performativos.

Se os atributos e atos de gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, são performativos, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora (BUTLER, 2003, p. 201).

A autora defende uma concepção performativa de gênero, afirmando que é a reiteração constante de atos de fala (performativos) que levam à impressão de que certos enunciados são

“naturais”. A partir das reflexões de Butler (2003), é possível afirmar que não há uma essência por trás das performances de gênero, uma vez que as próprias performances, a partir de reiterações contínuas, produzem uma aparência de gênero nos corpos.

Em resumo, são as performances que produzem o efeito de um núcleo substancial. As roupas, os gestos, os desejos expressam uma identidade que, em vez de essencial, é fabricada justamente pela utilização performática desses elementos. Nesse sentido, o corpo gênero não possui um status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade.

Em outras palavras, os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora (BUTLER, 2003, p. 195).

Beatriz Preciado (2002), porém, critica a ênfase linguístico-discursiva da performatividade em Butler. Para Preciado, mais que performático, o gênero é protético, uma prótese que não pode ser despregada da materialidade dos corpos. A exemplo disso, diz que Butler, ao afirmar a possibilidade de cruzar os limites dos gêneros, ignorou os processos de transformação corporais pelos quais passam travestis e transexuais.

Lo que las comunidades transexuales y transgénero han puesto sobre la mesa no son tanto performance teatrales o de escenario a través de los géneros (cross-gender), sino transformaciones físicas, sexuales, sociales y políticas de los cuerpos fuera de la escena, dicho de outro modo, tecnologías precisas de trans-incorporación: clitóris que crecerán hasta transformarse em órganos sexuales externos, cuerpos que mutarán al ritmo de dosis hormonales, úteros que no procrearán, próstatas que no producirán semem, voces que no cambiarán de tono (PRECIADO, 2002, p. 75).

É nesse sentido que Ricardo Mélo (2012), na esteira de Preciado, afirma que gênero deixa de ser uma performance e passa a se constituir em uma política, pois não são os atos, as performances em si que interessam, mas as políticas de gestão de governo que produzem gêneros.

Os corpos não contêm nenhum sexo e nenhuma performance definida, mas se constituem no modo como são vividos em uma potencialização política heterocentrada: medicalização, cirurgias, ornamentação, indústria pornográfica, tecnologias jurídicas e midiáticas, congressos científicos etc. Essas políticas mais que regular os corpos, os maquinizam. Corpo é gerenciamento biopolítico, gestão (calculada) sobre os fluxos da vida. Definiu-se que o corpo tem sexo e os usos diferenciados que se devem fazer dele (MÉLLO, 2012, p. 202).

Tal controle político dos corpos se inicia mesmo antes de um corpo nascer. Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo determinado, em um conjunto de expectativas estruturadas em redes complexas de pressuposições sobre comportamentos, interesses e subjetividades. Dizer o “sexo” do bebê (é menino ou menina?) não revela simplesmente o sexo da

criança, mas o produz. É uma tecnologia de gênero, ou seja, um conjunto de instituições e técnicas que produzem masculinidade ou feminilidade condicionada ao órgão genital (PRECIADO, 2002).

Tais masculinidade e feminilidade são produzidas por investimentos sociais que vão desde a escolha de cores, brinquedos e roupas adequadas para cada “sexo” até as expectativas sobre o futuro dessa criança, previsão de seus gostos, comportamentos, modos de ser. Por outro lado, os corpos que ameaçam essa coerência sexo/gênero são sancionados, como é o caso dos bebês intersexo. Logo ao nascer, é aconselhável que essa criança se submeta a uma série de exames e processos químicos e cirúrgicos para eliminar a ambiguidade, para se tornar um corpo inteligível, ou seja: um menino ou uma menina. Não há outra possibilidade de existência. Não se pode viver fora desse binarismo “essencial”. Nesse sentido, o corpo já nasce maculado pela cultura, uma vez que o sexo é uma das normas pelas quais alguém simplesmente se torna viável, que qualifica um corpo para a vida inteligível⁴.

Como afirma Berenice Bento (2011, p. 551): “a suposta descrição do sexo do feto funciona como um batismo que permite ao corpo adentrar na categoria ‘humanidade’”. Como sugere Preciado (2002), todas as pessoas já nascem operadas por tecnologias sociais precisas, uma vez que não existe corpo livre de investimentos discursivos. Tal tecnologia de diferenciação sexual funciona como uma “mesa de operação abstrata” pela qual todas as pessoas são submetidas (PRECIADO, 2002, p.102). Com efeito, as cirurgias de adequação sexual realizada por transexuais, por exemplo, são mesas de operação secundárias em que se renegocia o trabalho realizado sobre as operações de gênero abstratas, pela qual todos passam independentemente de serem hetero, homo ou bissexuais, transexuais ou travestis.

Os procedimentos médicos de adequação sexual asseguram a inclusão de todo corpo em um dos dois sexos/gênero reciprocamente excludentes. Percebe-se que no interior dessa lógica dicotômica não há lugar para deslocamentos: o único lugar habitável para o feminino é em corpos de mulheres, e para o masculino, em corpos de homens (BENTO, 2008).

Há, portanto, a formação de gêneros inteligíveis. Para Judith Butler (2003, p. 38), “os gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”. Ou seja, alguém que nasça com pênis é um homem que irá desejar e manter relações sexuais e afetivas com mulheres. Portanto, a matriz que sustenta a produção de tais gêneros inteligíveis é a heterossexualidade compulsória, a heterossexualidade como única possibilidade viável e compreensível de ser e estar no mundo.

Em outros termos, a heterossexualidade como modelo de normalidade. Portanto, uma heteronormatividade, conceito criado por Michael Warner (1993) para descrever a norma que toma a sexualidade heterossexual como uma norma universal e logo, considera a homossexualidade como desviante. Com Preciado (2002), podemos dizer ainda que a heteronormatividade é o conjunto de instituições tanto linguísticas quanto médicas ou domésticas que produzem constantemente corpos-homem e corpos-mulher.

Porém, há corpos que escapam ao processo de produção de gêneros inteligíveis. Se alguma forma de expressão de gênero não se conformar às normas impostas culturalmente, ou seja, à heteronormatividade, ela é analisada como uma falha biológica ou moral no desenvolvimento. Nas palavras de Butler (2003, p. 39): “A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’ – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas que as práticas do desejo não ‘decorrem’ nem do ‘sexo nem do ‘gênero’”.

Nesse sentido, a travestilidade ou transexualidade são vistas como um acidente sistemático produzido por uma maquinaria heterossexual. Uma vez que o gênero não deriva (como se algum derivasse!) do sexo biológico, essas experiências identitárias são estigmatizadas como antinaturais, anormais, abjetas, em benefício da estabilidade das práticas de produção do normal, natural. Como nos diz Preciado (2002), diante da não existência de um “real masculino” ou “real feminino”, toda aproximação imperfeita deve ser naturalizada, normalizada, para benefício do sistema sexo/gênero. Em contrapartida, todo distanciamento – homossexualidade, transexualidade etc. – é considerado uma exceção perversa que confirma a regularidade da suposta natureza sexual humana.

Porém, se entendemos a heterossexualidade como uma tecnologia social e não como uma origem natural fundadora dos corpos e desejos, não há subversão em escapar da maquinaria heteronormativa. Nesse sentido, travestis e transexuais só são considerados como subversões levando-se em consideração um código sexual transcendental falso (PRECIADO, 2002).

Com efeito, as experiências travestis e transexuais podem ser pensadas como emblemáticas para desnaturalizar a relação entre corpo, gênero e sexualidade. De acordo com os estudos de Bento (2008), a transexualidade é uma das composições identitárias que emergiu como resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção de pessoas normais e anormais e que localiza o centro das identidades nas estruturas corporais. Dessa forma, a transexualidade, assim

como outras experiências de trânsito de gêneros, demonstra que não somos predestinados a cumprir as normas impostas a partir de nossas estruturas corpóreas.

Como bem observado por Guacira Louro (2010), a forte ênfase na heterossexualidade nos faz questionar o seu suposto caráter natural e transcendental. “Ora, se a identidade heterossexual fosse efetivamente natural (e, em contrapartida, a identidade homossexual fosse ilegítima, artificial, não natural), por que haveria a necessidade de tanto empenho para garanti-la?” (LOURO, 2010, p. 80). Portanto, há um investimento continuado e repetitivo para manter a heterossexualidade em seu status de normalidade. A homofobia é uma dessas tecnologias.

3 A HOMOFOBIA ALOJADA ENTRE OS MUROS DA ESCOLA

A produção dos gêneros binários é parte do que “humaniza” as pessoas na cultura contemporânea (BUTLER, 2003).

Quem não desempenha corretamente o seu gênero – ou seja, aquele “predeterminado” por seu “sexo” – se torna um ser abjeto (tal como travestis e transexuais) e, portanto, suscetível à punição. A homofobia⁵ tais quais outras formas de preconceito — xenofobia, racismo, anti-semitismo —, é uma manifestação arbitrária de designar o outro como contrário, inferior ou anormal. Esse processo é promovido pela hierarquização das sexualidades na sociedade contemporânea (BORRILLO, 2010). Como dito anteriormente, a heterossexualidade aparece como um padrão para avaliar todas as outras formas de exercer a sexualidade.

A homofobia é uma forma de preconceito tolerada e, às vezes, até incentivada. Como nos fala Nilson Dinis (2011), na atualidade poucas pessoas ousariam expressar publicamente o preconceito sexista contra mulheres ou racistas contra negros ou judeus. Entretanto, ainda é “permitido” expressar repúdio contra homossexuais, haja vista as declarações homofóbicas feitas pelo deputado federal Jair Bolsonaro (Partido Progressista – RJ) em um programa televisivo de grande audiência nacional ou as pregações midiáticas do pastor Silas Malafaia, fundamentalista e assumidamente (e provavelmente como orgulho) homofóbico. Como observa Dinis (2011, p. 41): “[...] dizer publicamente não se simpatizar ou mesmo odiar pessoas homossexuais ainda é algo não só tolerado, como constitui também em uma forma bastante comum de afirmação e de constituição da heterossexualidade masculina”.

E a escola não está isenta desse processo. Lugar supostamente privilegiado de convivência com as diferenças e acesso democrático ao conhecimento, a escola é denunciada por produzir, reproduzir e reforçar os padrões heteronormativos, de preconceito e homofobia que estão postos e naturalizados na sociedade (LOURO, 2001). A pesquisa “Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar” realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, publicada em 2009, traz dados alarmantes sobre essa questão. Baseando-se em uma amostra nacional de 18,5 mil alunos, pais e mães, diretores, professores e funcionários, a referida pesquisa revelou que 87,3% dos entrevistados têm preconceito com relação à orientação sexual⁶.

Segundo Henriques e colaboradores (2007), os casos mais evidentes de preconceito no contexto escolar têm sido os vividos pelas travestis e transexuais. Essa população tem sido foco de discriminação sistemática e ostensiva por parte de colegas, professores/as, dirigentes e servidores/as escolares. Diversos estudos mostram que, no segmento LGBT, travestis e transexuais são aquelas/es que têm maiores dificuldades de permanência nas escolas e de inserção no mercado de trabalho, quer pelo preconceito quer pelo seu perfil socioeconômico (PARKER, 2000; PERES, 2004).

Berenice Bento (2011) fala de um heteroterrorismo produzido a cada reiteração da heteronormatividade, a cada insulto ou piada homofóbica. Mas também há formas mais sutis, e igualmente perversas, de manifestação desse heteroterrorismo: nos livros didáticos ou de literatura que apresentam exclusivamente casais heterossexuais; nas aulas de ciências que abordam a sexualidade apenas pelo viés reprodutivo; nos cartazes afixados nas paredes; nas cores adequadas para cada “gênero”, na separação do banheiro entre meninos e meninas etc.

Dinis (2011) utiliza o conceito “amoladores de faca” criado por Luis Antonio Baptista (1999) para falar de certos discursos educacionais que atuam como cúmplices da violência dirigida a gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos, possui aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva (BAPTISTA, 1999, p. 46).

Educadores e educadoras fazem parte desses amoladores/as de faca, pois, embora não empunhem a faca que ataca e mata diversas pessoas LGBT, eles/as produzem a patologização dessas identidades, ao não aceitar o nome social de travesti e transexuais, ao não permitir que um casal de

garotas ande de mãos dadas no recreio, ao dizer que a sexualidade é algo pertinente à vida privada, ao chamar os pais para uma reunião para expor o fato de um aluno gostar de brincar com bonecas, ao não deixar Nayara usar o banheiro feminino etc. Essas atitudes dizem que não há lugar para a diversidade sexual na escola, que esses/as alunos/as são anormais, abjetos e, portanto, podem ser alvo de violência. Bapstista (1999, p. 49) ainda comenta que tais atos compartilham a presença camuflada do ato genocida: “São genocidas porque retiram da vida o sentido de experimentação e de criação coletiva. Retiram do ato de viver o caráter pleno de luta política e o da afirmação de modos singulares de existir”.

Percebe-se, assim, o quanto a escola trabalha no sentido de conformar as subjetividades na norma social hegemônica. Isto é preocupante, pois a escola, junto com a família e a mídia, constitui um forte agente de produção dos modos de ser, das verdades sobre quais comportamentos devem ser sancionados, silenciados ou considerados “anormais”.

O efeito perverso de todo esse processo que reitera a heteronormatividade e homofobia na escola é que muitos/as desses/as “anormais”, não suportando a sensação de ser estranho em seu próprio cotidiano, acabam abandonando os estudos. Aí, condenam-se travestis e transexuais de serem marginais e por viverem majoritariamente na prostituição. Porém, pouco se fala das situações que provocaram a saída da escola. A marginalidade e a prostituição são sintomas de exclusões continuadas pelas quais passam aquelas/es que ousam transitar os gêneros inteligíveis.

4 O BANHEIRO E A ESCOLA

O controle do uso do banheiro funciona como uma tecnologia que produz os gêneros que supostamente apenas descreve. Para Preciado (s/d), os banheiros funcionam como elementos de regulação da masculinidade e da feminilidade:

[...] En el siglo XX, los retretes se vuelven auténticas células públicas de inspección en las que se evalúa la adecuación de cada cuerpo con los códigos vigentes de la masculinidad y la feminidad. En la puerta de cada retrete, como único signo, una interpelación de género: masculino o femenino, damas o caballeros, sombrero o pamelita, bigote o florecilla, como si hubiera que entrar al baño a rehacerse el género más que ha deshacerse de la orina y de la mierda. No se nos pregunta si vamos a cagar o a mear, si tenemos o no diarrea, nadie se interesa ni por el color ni por la talla de la mierda. Lo único que importa es el GÉNERO (PRECIADO, s/d, s/p).

Como sugere o nome de um importante encontro sobre gênero no Brasil, o Fazendo Gênero, os banheiros, mais do que um simples lugar destinado às necessidades fisiológicas, portanto naturais

do ser humano, é um espaço no qual se fazem gêneros, produz o binarismo. Ainda com Preciado (s/d): “No vamos a los baños a evacuar sino a hacer nuestras necesidades de género”, ou seja, reafirmar os códigos de masculinidade e feminilidade nos espaços público. Caso alguém que não “represente” adequadamente bem seu gênero – uma mulher com cabelo muito curto e sem maquiagem, por exemplo – pode ser alvo de olhares, inquisição e até mesmo expulsão por querer adentrar este espaço “mono-gênero” (PRECIADO, s/d).

Dessa forma, o binarismo do banheiro também atualiza a heteronormatividade, pois o argumento que impossibilita o uso compartilhado do banheiro por meninas e meninos é o controle da sexualidade nesse espaço, como se não pudesse existir relações sexuais entre duas meninas no banheiro, por exemplo.

A escola, ao dizer que travestis e mulheres transexuais não podem usar o banheiro feminino, está dizendo que não há banheiro para travestis e transexuais na escola e, em última instância, que não há espaço de existência possível para travestis e transexuais no sistema educacional (CRUZ, 2011).

Se a escola nega a existência de alunos/as homossexuais – ao não permitir, por exemplo, que casais homossexuais andem de mãos dadas pelos corredores da escola, sendo a mesma atitude outorgada para os heterossexuais –, a presença de travestis e transexuais está no limite do imponderável. Nas palavras de Maria Rita César (2009, p. 48):

Alunas/os e professoras/es gays, lésbicas, bissexuais e transexuais [e travestis] compõem a diversidade contemporânea da instituição escolar; entretanto, para esta instituição que nasceu disciplinar e normatizadora, a diferença, ou tudo aquilo que está fora da norma, em especial, a norma sexual, mostra ser insuportável por transbordar os limites do conhecido.

A polêmica envolvendo o banheiro mostra o quanto a escola reitera as normas de gênero e sexualidade, transformando aqueles/as “sem banheiro” em abjetos/as, em sem lugar. Impedir o acesso ao banheiro ao qual travestis e transexuais desejam utilizar é um sinal do cheiro fétido da homofobia pautada no fundacionalismo biológico (CRUZ, 2011, p. 86).

A partir da história de Nayara, assim como de tantas outras pessoas trans, pode-se perceber que a escola geralmente fica do lado do preconceito e da exclusão, principalmente mobilizada pelo despreparo em lidar com a diversidade sexual. Um aspecto interessante a ser notado é o destaque dado à discussão sobre o banheiro adequado para travestis e transexuais e não a outro debate que parece ser mais urgente: como a escola lida com a diversidade sexual? Ela discute ou se cala em

frente das situações de homofobia? Como a escola, lugar supostamente de convivência igualitária e de formação cidadã, é ela mesma produtora de preconceito e heteronormatividade? Portanto, faz-se necessário problematizar as práticas escolares que, sutil ou explicitamente, acabam por discriminar, excluir e, em último caso, expulsar aquelas/es que desafiam a norma hegemônica de corpo-sexo-gênero-sexualidade-desejo.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, L. A. A atriz, o padre e a psicanalista: os amoladores de faca. In: BAPTISTA, L. A. **A cidade dos sábios**. São Paulo: Summus, 1999.
- BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19 (2): 336, mai/ago, 2011, pp. 549-559.
- BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- CÉSAR, M. R. A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "epistemologia". In: **Educar**. Curitiba, n. 35, set/dez, Editora UFPR, 2009, pp. 37-51.
- CRUZ, E. F. Banheiros, Travestis, Relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. In: **Psicologia Política**, v. 11, n. 21, jan/jun, 2011. pp. 73-90.
- DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 39, jan/abr, Editora UFPR, 2011. pp. 39-50.
- HENRIQUES, R.; BRANDT, M. E. A.; JUNQUEIRA, R. D.; CHAMUSCA, A. (Orgs.). **Cadernos SECAD 4: Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.
- LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo: corpo e gênero, dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2001.
- LOURO, G. L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, 20(2), jul/dez, 1995. pp. 185-206.
- LOURO, G. L. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: COSTA, M.V. (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- PARKER, R. **Na contramão da Aids: sexualidade, intervenção, política**. Rio de Janeiro: Abia; São Paulo: Editora 34, 2000.

PERES, W. S. Travestis: subjetividade em construção permanente. In: UZIEL, A. P.; RIOS, L. F.; PARKER, R. G. (Orgs.). **Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de Aids**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, Abia, 2004.

PRECIADO, B. **Manifesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual**. Madrid: Pensamiento Opera Prima, 2002.

PRECIADO, B. (s/d). Basura y Género, Mear/Cagar. Masculino/Femenino. Disponível em: <www.hartza.com/basura.htm>. Acesso: 12/04/2012.

SANT'ANNA, D. As infinitas descobertas do corpo. In: **Cadernos Pagu**, v. 14, 2000, pp. 235-249.

MÉLLO, R. P. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. In: **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, Apr. 2012.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Revista Educação & Realidade**, v.20, n. 2, jul/dez, Porto Alegre: UFRGS/Faculdade de Educação, 1995. pp. 71-99.

WARNER, M. **Fear of a queer planet: queer politics and social theory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

¹ Professora do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. Graduação e mestrado em Psicologia pela mesma Universidade. Atualmente cursa doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduado em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (linha de pesquisa: Aportes da Psicologia Social à compreensão de problemas sociais). Membro da Associação Brasileira de Psicologia Social.

² Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Pará. Atualmente cursa mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na mesma Universidade (linha de pesquisa: Psicologia, Sociedade e Saúde). Membro do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde.

³ Disponível em: <http://brasil.gay1.com.br/2012/02/diretor-cria-banheiro-exclusivo-para.html#>. Acesso em: 09/ fev/2012.

⁴ Atualmente há um movimento de resistência a esse binarismo identitário, como por exemplo, a não revelação do "sexo" do bebê por parte dos pais. Para os defensores dessa prática, as crianças crescem sem a prisão identitária de pertencer a este ou àquele gênero.

⁵ Para exprimir a complexidade do fenômeno e especificar cada modo de vida que sofre preconceito em decorrência da orientação sexual, seria mais correto utilizar os termos gayfobia, lesbofobia, bifobia e transfobia. Porém, optou-se por utilizar o termo homofobia para designar o conjunto desses fenômenos.

⁶ Disponível em: <http://www.abglt.org.br/port/pesquisas.php>. Acesso: 01/06/2011.